

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

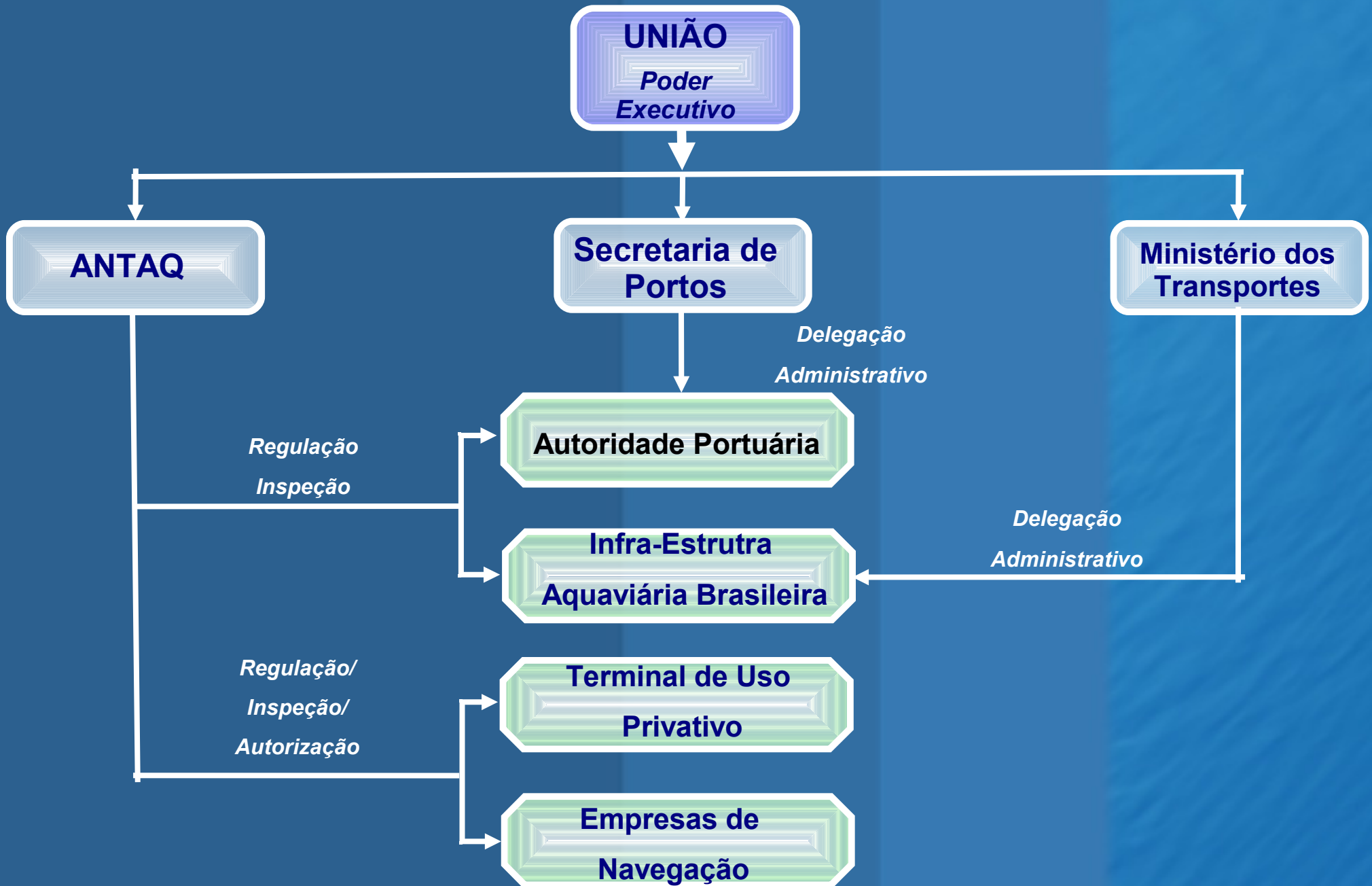
A ANTAQ E A REGULAÇÃO AQUAVIÁRIA

Fernando Antonio Brito Fialho
Diretor-Geral da ANTAQ

São Paulo, 22 de janeiro 2008



Estrutura do Estado



Esfera de atuação ANTAQ

Navegação Interior



Portos Públicos



Terminal Privativo



**Navegação Marítima
e Apoio Portuário**



Pilares da ANTAQ

Regulamentação do setor através de edição de Normas (elaboração e revisão)

Fiscalização e Arbitragem

Elaboração de Estudos e Planejamento

Concessão de Outorgas

Integração com diversos atores do Setor Aquaviário

Contexto Macroeconômico

Escassez de Recursos Públicos

Grande Oferta de Recursos de Fundos de Investimento

Atração de Investimentos Privados



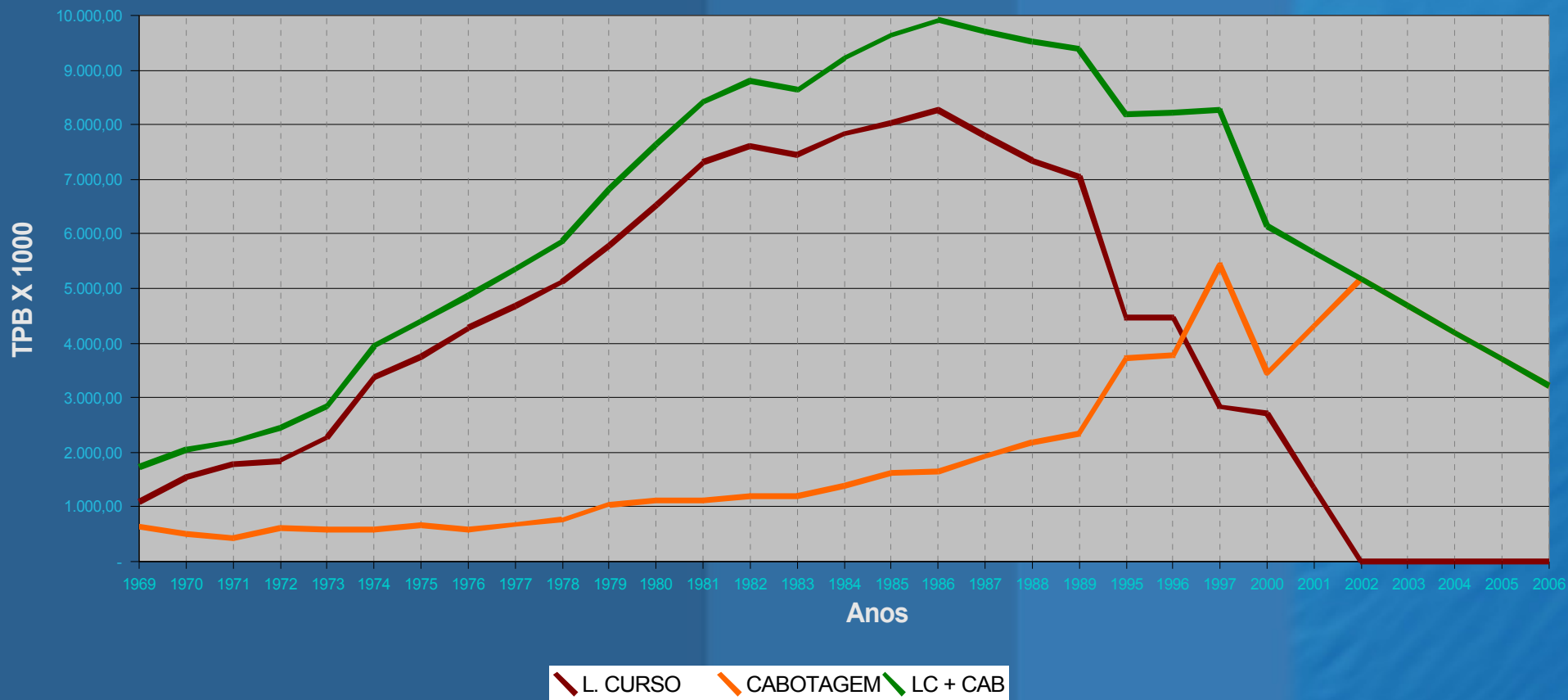
Navegação

Marítima

Desafios

Redução dos Afretamentos Reaparelhamento da Frota

EVOLUÇÃO DA FROTA PRÓPRIA BRASILEIRA



Ações Positivas

Resolução nº 52/2002- revogada para Resolução 843.
(17 de agosto de 2007)

Resolução nº 124/2003 alterada para Resolução 842-
consulta pública terminada , aprovada pela área técnica.
Encontra-se na Procuradoria para parecer antes da
publicação fina.

Apoio às EBNs que operam Cabotagem (Estudos,
Reuniões, Encontros, Plenários)

Fiscalização

Portos Públicos e Terminais Privativos



Desafios

Terminais Privativos outorgados: 124

Melhoria no Modelo de Gestão

Atualização do arcabouço jurídico para melhoria da atratividade acelerando as licitações de áreas nos portos públicos. Revisão das Resoluções 55 e 517.

Aferição e parametrização dos serviços em padrão internacional

Coleta e tratamento de dados estatísticos que possam nortear novos investimentos públicos e privados no setor aquaviário



Terminais de Uso Privativos

- Lei 8630/93

Art.1º § 1º Inciso V Instalação Portuária de Uso Privativo: a explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação de passageiros ou na movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.



Terminais de Uso Privativos

Lei 8630/93 Art. 4º Fica assegurado ao interessado o direito de construir, reformar, ampliar, melhorar, arrendar e explorar instalação portuária, dependendo:

I – de contrato de arrendamento, celebrado com a União no caso de exploração direta, ou com sua concessionária, sempre através de licitação, quando localizada dentro dos limites da área do porto organizado;

II – de autorização do ministério competente, quando se tratar de terminal de uso privativo, desde que fora da área do porto organizado, ou quando o interessado for titular do domínio útil, do terreno, mesmo que situado dentro da área do porto organizado.



Terminais de Uso Privativo

-Lei 8630/93 Art. 4º § 2º A exploração da instalação portuária de que trata este artigo far-se-á sob uma das seguintes modalidades:

I - uso público;

II - uso privativo:

a) exclusivo, para movimentação de carga própria;

b) misto, para movimentação de carga própria e de terceiros.

c) de turismo, para movimentação de passageiros.



Regulação ANTAQ

Norma 517/05 (em reestudo)

- Documentação
- Termo de Autorização ou Contrato de Adesão
- Característica de Outorga
- Carga Própria e Carga de Terceiros
 - Limites de avaliação de empreendimento
 - Há interesse do país?
 - Há prestação de serviços na carga de terceiros?
 - Como tratar esta prestação de serviço?



Terminais Privativos

*Movimentação total de carga por natureza- estimativa
2007 (em toneladas)*

ESTADO	GRANEL SÓLIDO	GRANEL LÍQUIDO	CARGA GERAL	TOTAL (em t)
AMAPÁ	176.845	-	1.859	178.704
RONDÔNIA	-	753.005	128.749	881.754
PARÁ	20.231.580	675.589	407.848	21.315.017
AMAZONAS	4.046.205	7.317.528	1.069.461	12.433.194
MARANHÃO	86.142.864	262.334	-	86.405.198
CEARÁ	-	728.809	1.272.387	2.001.196
RIO GRANDE DO NORTE	-	3.687.755	-	3.687.755
ALAGOAS	-	1.016.391	-	1.016.391
SERGIPE	1.025.572	2.951.089	-	3.976.661
BAHIA	1.546.524	22.618.058	-	24.164.582
MINAS GERAIS	91.077	-	-	91.077

Terminais Privativos

*Movimentação total de carga por natureza- estimativa
2007 (em toneladas)*

ESTADO	GRANEL SÓLIDO	GRANEL LÍQUIDO	CARGA GERAL	TOTAL (em t)
ESPÍRITO SANTO	127.749.175	2.174.718	14.130.917	144.054.810
RIO DE JANEIRO	48.566.114	29.207.498	-	77.773.612
SÃO PAULO	8.373.153	51.723.387	1.708.078	61.804.618
PARANÁ	46.393	-	568.432	614.825
SANTA CATARINA	-	9.857.535	443.519	10.301.054
RIO GRANDE DO SUL	1.933.489	10.128.423	867.764	12.929.676
MATO GROSSO	38.782	-	-	38.782
MATO GROSSO DO SUL	3.362.513	-	49.520	3.412.033
TOTAL	190.069.619	103.091.561	17.768.230	310.929.410

Terminais Privativos

Investimentos em andamento

Atualizado em Jan 2008

AUTORIZADA	LOCALIZAÇÃO	INVESTIMENTOS R\$ milhões
PORTONAVE S/A	NAVEGANTES	195,2
ITAPOÁ TERMINAIS PORTUÁRIOS S/A	ITAPOÁ-SC	176,8
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	CANDEIAS-BA	18
EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINIAS PORTUÁRIOS S/A	SANTOS-SP	535
MPC- MINERAÇÃO, PESQUISA E COMÉRCIO LTDA	SÃO JOÃO DA BARRA -RJ	290
RIO TURIA SERVIÇOS LOGÍSTICOS	BARCARENA-PA	53,2
ARACRUZ CELULOSE E CENIBRA	ARACRUZ-ES	153,1
IMBITUBA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	IMBITUBA	53
	TOTAL	1,48 Bilhões

Navegação Interior (Hidroviás)



Desafios

Assegurar a navegabilidade nas hidrovias harmonizando com a produção de energia

Utilização em escala mais integrada da multimodalidade

Instrumentos de atração de investimentos privados para o sistema hidroviário

Superar equívocos que geram entraves ambientais

Ações Positivas

Seminários sobre Hidrovias:

- Seminário Internacional Brasil/ Flandre-Bélgica
- Seminário Internacional Brasil/EUA
- Seminário Hidrovia do Paraíba
- Seminário Hidrovia do Rio São Francisco

Criação e Adequação de Normas:

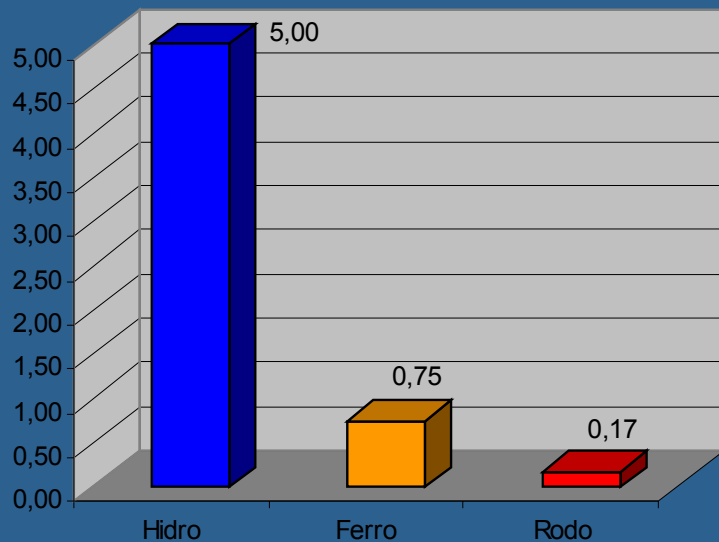
- Norma de Transporte de Passageiros;
- Norma de Travessia;
- Norma de Afretamento;

Aprovação no Congresso Nacional da criação de ETC (Estação de Transbordo de Cargas) e IP4 (Instalação Portuária Pública de pequeno Porte)

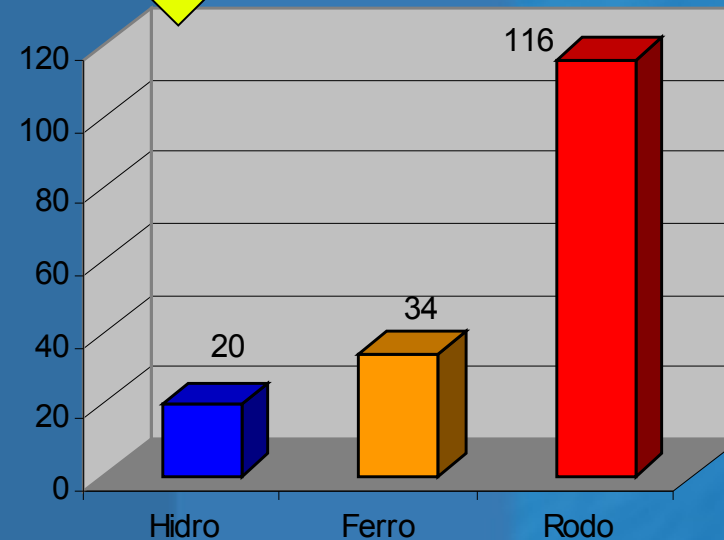
Fiscalização

Aspectos Ambientais Relevantes

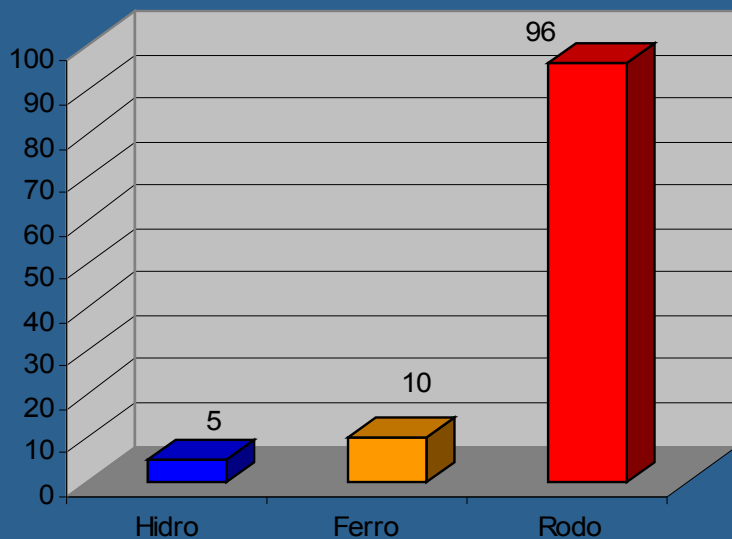
↑ EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: CARGA / POTÊNCIA (t / HP)



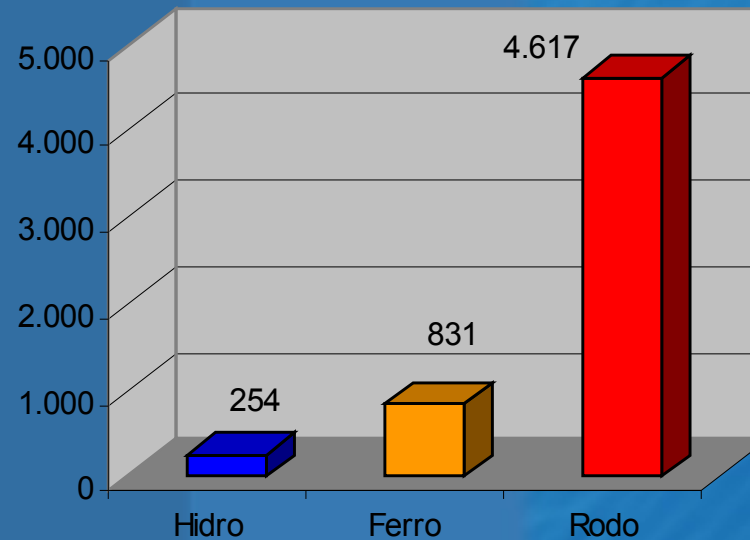
↓ EMISSÃO DE POLUENTES: CO₂ (kg/1.000 tku)



↓ CONSUMO DE COMBUSTÍVEL: (LITROS / 1.000 TKU)



NOx (g/1.000 tku)



Fonte: Ministério dos Transportes - 1997

Fonte: DOT/Maritime Administration e TCL

O escoamento da Produção Futura de Grãos da Região Centro-Oeste



O desafio logístico

Comparativo de custos logísticos

– Soja 2003 – US\$/t

Descrição	Brasil	EUA	Argentina
I- Preço FOB	216,00	216,00	216,00
II - Frete até o porto (1)	35,00	15,00	14,00
III - Despesas portuárias	6,00	3,00	3,00
IV- Sub Total (II+III)	41,00	18,00	17,00
Part. Pct s/ FOB $[(IV/I) \times 100]$ - %	18,98	8,33	7,87
V - Renda do Produtor (I-IV)(2)	175,00	198,00	199,00

Fonte: Souza (2004)

Frete Interno baseado na distancia média até o porto em cada país

Renda do produtor agrícola sem incluir impostos e subsídios

Fernando Antonio Brito Fialho
fernando.fialho@antag.gov.br
Tel: (61) 3447 11 18

